

Trabalho apresentado no 15º CBCENF

Título: LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM DIANTE A ASSISTÊNCIA AO IDOSO
Relatoria: SURELLYSON OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA
Ankilma do Nascimento Andrade
Autores: Patrícia Peixoto Custódio
INGRID MAIANE DE ARAÚJO BARROS BORGES
Alanna Kisley Mota Dias
Modalidade: Pôster
Área: Ética e legislação em enfermagem
Tipo: Pesquisa
Resumo:

INTRODUÇÃO.O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção é um direito social, nos termos do Estatuto do Idoso e da legislação vigente. É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. A sociedade também deve assegurar a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantido na Constituição e nas leis. **OBJETIVOS.** Despertar os profissionais de enfermagem quanto aos direitos dos idosos de assistência à saúde, tendo em vista o Código de ética Profissional de Enfermagem. **METODOLOGIA.** Este estudo é de caráter bibliográfico, o qual utilizou fontes como acervo bibliográfico institucional e sites de pesquisa científica como Scielo, Medline e LiLacs, entre o ano de 2008 à 2011. Desta forma foi feita uma busca com 13 artigos sendo que somente 9 deles corresponderam ao tema apresentado diretamente, por seguinte foi realizado um processo de fichamento sobre questões relevantes dos autores e assim concluído o estudo. **RESULTADOS.** O exposto das pesquisas realizadas vem apresentar que enfermeiros e idosos estão satisfeitos com a assistência de enfermagem prestada, frente as suas necessidades nessa faixa etária fragilizada por inúmeras alterações fisiológica. Logo foi comprovado que o enfermeiro segue a legislação profissional específica, assistindo seu cliente perante os direitos expostos no Estatuto do Idoso qualificando o serviço. **CONCLUSÃO.** Portanto, é de suma importância que esses profissionais de saúde conheçam os seus direitos e deveres perante o Código de Ética Profissional, bem como os específicos de seus clientes dessa forma seguindo os preceitos legais vigentes, não se expondo ao risco de desconhecimento da mesma.